

Greve atormenta população

MÁRIO COELHO E
ELISA TECLER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os policiais civis que estiverem em greve e não comparecerem às delegacias poderão ter o ponto de presença cortado. Por ordem da diretoria da Polícia Civil (PC), os delegados titulares de cada circunscrição vão detalhar a presença de cada agente durante a paralisação. Caso seja comprovado que eles faltaram ao trabalho, os dias não trabalhados serão descontados. “Quem não trabalha não pode receber”, afirma o diretor-geral da PC, Cléber Monteiro. “Esse é um movimento político. O governador negociou com os grevistas o tempo todo.” Hoje, às 14h, os grevistas farão uma assembléia geral, em caráter de urgência, para decidir o futuro do movimento.

No primeiro dia de greve, a Polícia Civil contabilizou uma queda vertiginosa no registro de ocorrências — e um aumento diretamente proporcional nos transtornos causados à população. Nas 30 delegacias do Distrito Federal, eram atendidos 900 casos em média por dia, antes da paralisação. Ontem, das 8h, quando os policiais cruzaram os braços, até às 17h, foram contabilizados 117 atendimentos em todas as unidades — uma queda de 87% no movimento. Pessoas com queixas consideradas simples, como furtos, acidente de trânsito sem vítimas ou extravio de documentos, não recebiam atendimento. Além disso, até vítimas de violência doméstica, ameaça de morte e clonagem de automóvel também tiveram de esperar.

Sem saber da greve dos policiais, a comerciante Rita de Cássia, 36 anos, foi à 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte) fazer o boletim de ocorrência de uma batida de carros sem vítimas. Ela não recebeu atendimento e foi orientada a registrar a ocorrência pela internet. “Preciso do boletim de ocorrência para entrar na Justiça contra o motorista do veículo que bateu no meu. Como vou cobrar

alguma coisa dele sem esse documento?”, esbravejou. Os policiais recomendaram que ela registrasse a queixa pela internet. Entretanto, a delegacia virtual da PC — no endereço www.pcdf.df.gov.br — não estava funcionando.

Em Ceilândia, uma mulher procurou a 15ª DP para prestar uma queixa contra o marido. Ela teria sido agredida por ele na madrugada de ontem. Orientada a voltar à delegacia na quinta-feira, a vendedora de 26 anos perdeu as esperanças de resolver o caso. A estimativa da Polícia Civil é de que, dos 5,5 mil policiais na ativa, menos da metade esteja em greve.

IML

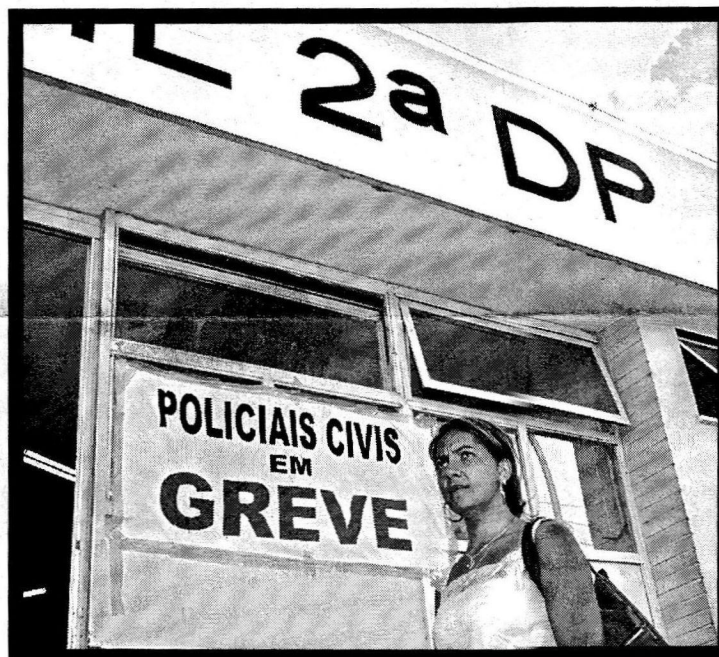
Apesar da garantia de que os órgãos da PC funcionariam normalmente, a reportagem do *Correio* encontrou problemas no atendimento à população no Instituto de Medicina Legal (IML). O autônomo Júlio Ataíde de Souza, 30 anos, chegou ao IML com uma fratura no braço esquerdo, mas teve o direito ao laudo negado. Agentes informavam que só casos mais sérios, como necropsia ou corpo de delito de estupros, seriam atendidos. “Preciso fazer o exame e pegar o laudo para comprovar o acidente, mas me disseram que só tem um médico atendendo e eu teria que voltar outro dia”, lamentou Júlio.

Segundo o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol), Wellington Luiz de Souza, praticamente todos os policiais aderiram à paralisação. De acordo com Wellington, a exigência da categoria é simples. “Esperamos que o governador inicie o processo de reajuste salarial com o governo federal”, adiantou. Ontem à noite, depois de uma reunião do comando de greve com o governador José Roberto Arruda, os policiais receberam a promessa de que Arruda tentará antecipar para hoje a reunião com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para a entrega da mensagem com o aumento dos policiais civis, militares e dos bombeiros.

Fotos: Carlos Moura/CB



JÚLIO, COM O BRAÇO ESQUERDO FRATURADO, PRECISAVA DE LAUDO PARA COMPROVAR O ACIDENTE QUE SOFREU



“PRECISO DO BOLETIM DE Ocorrência PARA ENTRAR NA JUSTIÇA CONTRA O MOTORISTA DO VEÍCULO QUE BATEU NO MEU. COMO VOU COBRAR ALGUMA COISA DELE SEM ESSE DOCUMENTO?”

Rita de Cássia,
36 anos, comerciante